



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **1006666-63.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Base de Cálculo**
 Requerente: **SÉRGIO ROBERTO GARGARELLA e outro**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Sérgio Roberto Gargarella e sua esposa **Marilda de Fátima Passador** ajuízam ação de Procedimento Ordinário com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em face de **Município de São Carlos** sustentando, em síntese, que adquiriram de Walter Kemp o imóvel subdividido em quatro lotes localizados na rua Coronel Joaquim Cintra, nº 11, Distrito de Santa Eudóxia, com inscrições municipais nº 17.012.021.001, 17.016.003.001, 17.02.005.001 e 17.011.009.003. Aduzem que os valores relativos ao IPTU para os exercícios de 2012, 2013 e 2014 são superiores aos devidos, pois fixados contrariando os critérios legais. Dizem que a elevação do valor venal do imóvel foi abusiva e que fizeram pedido administrativo de revisão do Imposto Predial Territorial Urbano à Divisão de Receitas Imobiliárias, que foi indeferido sob o argumento de que o valor do IPTU está de acordo com o disposto no anexo X da Lei nº 13.692/05. Requerem a antecipação dos efeitos da tutela para determinar ao réu que se abstenha de inscrever seus nomes e/ou do titular do bem, Walter Kemp, na dívida ativa, bem como para suspender a exigibilidade dos tributos referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014. Ao final requereram a procedência do pedido, para reduzir o valor venal do imóvel, determinando-se ao réu que altere os seus cadastros fazendo incidir o IPTU sobre o valor declarado em sentença.

Pela decisão de fls. 149/151 a antecipação dos efeitos da tutela ficou condicionada ao depósito judicial do valor integral do crédito tributário questionado. Desta decisão, os autores interpuseram Agravo de Instrumento (fls. 156/166), que está pendente de julgamento.

As partes noticiaram a celebração de um acordo (fls. 175/177), pelo qual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

informaram o reajustamento administrativo, para numerários menores, dos valores venais dos imóveis, havendo o recálculo dos respectivos IPTU's e o compromisso dos autores em quitar administrativamente o tributo, para cada imóvel descrito na inicial. Requereram o sobrestamento do feito até o pagamento administrativo integral.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Homologo o acordo a que chegaram as partes, para que surta os seus efeitos legais e julgo extinto este processo, com fundamento no artigo 269, III, do Código de Processo Civil.

Diante da desistência do prazo recursal, aguarde-se a vinda da informação do pagamento dos IPTU's pelos autores. Após, promovidas as anotações necessárias, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

P. R. I. C.

São Carlos, 15 de outubro de 2014.